

Notas de leitura
OSBORNE, Robin, *Greek History*.
London and New York, Routledge,
2004. ISBN 0415317177.

Pedro Paulo A Funari¹

Robin Osborne é bem conhecido dos estudiosos da Grécia Antiga. Catedrático de História Antiga da Universidade de Cambridge, Inglaterra, tornou-se grande referência desde a publicação, há pouco mais de vinte anos, de *Demos, the Discovery of Classical Attika* (1985). Neste volume, aceitou o desafio de sintetizar as discussões mais relevantes na História da Grécia, nas últimas décadas. Inicia o volume por tratar do familiar e do exótico, ao explicar porque a Grécia precisa de uma História e, para isso, trata, nesse capítulo inicial, dos corpos masculinos e sua exposição. Os gregos eram diferentes e cabe ao historiador demonstrar que a pederastia, e tudo o mais, estava em uma cultura relacionada à nossa, mas radicalmente diversa. De modo que a glória da Grécia fazia parte de um mundo no qual muitos dos nossos valores eram desafiados, não reforçados. Em outras palavras, a História da Grécia serve para mostrar a diferença.

Em seguida, trata da invenção da polis grega. Usa o exemplo de Metaponto, para mostrar que a erudição corrente (*normal scholarly practice*) descarta partes das tradições narrativas antigas como fabricação, enquanto preserva parte delas como verdadeiras. Assim, Nestor não pode ser parte da História, pois é uma figura mítica, diz esse argumento. Contudo, a divisão entre mito e História é estranha às

¹ Professor Titular de História Antiga, DH/IFCH/UNICAMP e Coordenador-Associado do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE/UNICAMP).

narrativas populares gregas, assim como o era para Heródoto. Essa dicotomia parece surgir apenas no final do século V a.C. A presença de Nestor na tradição sobre a fundação de Metaponto quase certamente representa a realidade histórica. Qual realidade? Aquela em que os habitantes do Metaponto ligavam a si mesmos ao relato de Tróia. Historiadores modernos pouco interessados nas identidades descartam o relato de Nestor como ficção. Criou-se, modernamente, a partir da experiência colonial romana e moderna, uma Era da Colonização grega (séculos VIII-VII a.C.). Para esses historiadores, haveria um núcleo duro de verdade nos relatos, sem levar em conta que tais narrativas eram reelaboradas de modo a construir identidades. A invenção da autoctonia ateniense, na mesma linha, era importante para a auto-imagem dos atenienses e em nada dependia do que “realmente aconteceu”.

Osborne não deixa de ressaltar, por todo o volume, a importância da investigação arqueológica, como no caso das escavações de Pithekoussai, que demonstram ser a vida dos seus habitantes curta e permeada pelas doenças, como a sífilis. Alguns propuseram que as mulheres fossem nativas, pela presença de fibulas de estilo local, mas ressalta que os artefatos não identificam culturas ou povos. Um povo ou cultura definido por um tipo cerâmico é uma aporia. Contrapõe-se a Finley e sua visão primitivista da economia antiga, ao usar os dados arqueológicos que demonstram Pithekoussai não estar dominada por agricultores de subsistência em 700 a.C. O estudo das ânforas é capital para esse desafio à ortodoxia weberiana de Finley e Osborne faz um *mea culpa* por estudos seus da década de 1980. Já nesse período (século VIII-VII), os dados arqueológicos mostram um mundo pleno de contactos comerciais: a cidade grega não era apenas consumidora.

Critica, em seguida, o modelo evolucionista da realeza, para a aristocracia hereditária, para a tirania, para a democracia, assim como questiona a chamada revolução hoplítica como fonte da tirania. O uso da infantaria, do século VIII a.C., é anterior. A guerra merece particular atenção, a

começar pela constatação de que era comum entre cidades vizinhas, sem conquista territorial. O século V testemunhou mudanças importantes e o exército ateniense - que compreendia a marinha - dependia de uma administração financeira muito habilidosa. A liberdade era mantida pela opressão, apenas um aparente paradoxo, pois uma população livre dependia de servos ou escravos sem direitos: os gregos viviam em uma sociedade escravista (*slave society*). Muitas de nossas imagens precisam ser revistas. A democracia ateniense era representada não por Péricles na Pnyx, mas pelas filas de homens e mulheres para compartilhar as carnes usadas nos sacrifícios: a religião estava no centro da vida também da democracia.

Osborne discorre sobre a unidade e a diversidade das cidades gregas. Embora houvesse uma miríade de características, a cidadania nunca atingia menores, mulheres, estrangeiros ou escravos. Pergunta-se, ao final, se Alexandre marca o fim da História da Grécia. Felipe da Macedônia criou um novo tipo de exército e alterou, de forma profunda, a relação das cidades entre si. Os macedônios, até certo ponto, eram considerados gregos, mas a poligamia, por exemplo, não era parte daquela unidade grega. A vida municipal das cidades gregas continuaria, tanto nos reinos helenísticos, como sob domínio romano. O volume apresenta, ainda, um guia de leituras comentadas sobre os diversos temas tratados.

Robin Osborne apresenta uma obra que dá conta das transformações no âmbito do estudo da História da Grécia. Em primeiro lugar, no contexto da desconstrução das interpretações historiográficas, enfatiza a invenção da historiografia, seu papel não apenas, ou não tanto, de descoberta e avanço inexorável rumo à verdade, mas de explicação plausível. Retorna, pois, ao sentido de *inuenio*: “descubro”, “invento”, no original latino. Não aceita, portanto, o evolucionismo, seja no conhecimento histórico, seja na trajetória das cidades gregas. Em seguida, Osborne não hesita em rever a ortodoxia weberiana, difundida por Finley, de uma Grécia de urbanos que viviam às custas do campo e, em

Notas de leitura

termos mais gerais, do nominalismo e dos modelos normativos. Coloca a cultura material e a Arqueologia no centro das pesquisas sobre a Grécia antiga, no cerne mesmo do estudo da História da Grécia. Por fim, mas não menos importante, lembra que a Grécia nunca foi racional e iluminista, mas sempre teve em seu centro a religiosidade. A História, inventário das diferenças, não pode almejar apenas encontrar as supostas origens de um Ocidente racional, evoluído. A leitura desta obra será profícua para leigos e estudiosos, ao mesmo tempo.